

Elementos da Economia

Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)

Elementos da Economia

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

| | |
|-----|---|
| E38 | Elementos da economia / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-015-5 DOI 10.22533/at.ed.155182012 1. Economia. 2. Economia – Política e governo. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. CDD 330.2 |
|-----|---|

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Antes de efetuar a apresentação do volume em questão, deve-se considerar que por ser a Economia uma ciência que consiste na análise da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, tendo como escopo uma linhagem social, pois estuda as relações de eficiência através da escolha dos agentes econômicos (unidades familiares, unidades empresariais, governo e resto do mundo) os quais observam e analisam as restrições que estes enfrentam.

Por não levarem em conta os impactos sociais das escolhas econômicas efetuadas, muitas falhas podem surgir, provenientes de decisões políticas oriundas de estudos econômicos. Em seu amplo estudo econômico as políticas micro e macroeconômicas acabam estendendo-se para outras partes do contexto social os quais não foram inseridos em momentos decisórios da formulação e aplicação de estas.

Percebe-se que é de extrema relevância a inserção de questões que englobem aspectos sociais e setor público, no sentido de constituir uma sociedade que possua justiça, igualdade, bem-sucedida e deste modo organizada.

Diante dos contextos apresentados, o objetivo deste livro é a condensação de extraordinários estudos envolvendo a sociedade e o setor público de forma conjunta através de ferramentas que os estudos econômicos propiciam.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem de Elementos de Economia, através da apresentação do tratamento de políticas públicas, agricultura familiar, economia solidária e fundos de investimento, destacando as aplicações práticas e metodológicas, além da contribuição para que se interprete as relações econômicas, sociais e de cunho político.

A seleção efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo setor econômico brasileiro.

Deve-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas apresentadas, são os mais abrangentes, o que promove um olhar diferenciado na ótica da ciência econômica, ampliando os conhecimentos acerca dos temas abordados.

A relevância ainda se estende na abordagem de teorias inerentes à gestão pública, envolvendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando questões sociais e de cunho do setor público.

Finalmente, esta coletânea visa colaborar ilimitadamente com os estudos Econômicos, Sociais e de Políticas Públicas, referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos extraordinários referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de renome na área científica, que podem contribuir com o tema.

Jaqueline Fonseca Rodrigues
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A EXTRAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS NA COMUNIDADE JÚLIO BORGES DE SALTO DO JACUÍ/RS | |
| Carine Dalla Valle Andrea | |
| Cristina Dorr | |
| DOI 10.22533/at.ed.1551820121 | |
| CAPÍTULO 2 | 18 |
| A FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA POLÍTICA PÚBLICA EM LAGES, (SC): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS FEIRANTES | |
| Geraldo Augusto Locks | |
| João Eduardo Branco de Melo | |
| Juliano Branco de Moura | |
| Maria Aparecida da Fonseca | |
| Elisângela de Oliveira Fontoura | |
| DOI 10.22533/at.ed.1551820122 | |
| CAPÍTULO 3 | 34 |
| A MANTEIGA DE OVOS DE TARTARUGA UM PRODUTO RENTAVEL NO ALVORECER DA PROVINCIA DO AMAZONAS 1822 – 1856 | |
| Michele Lins Aracaty Silva | |
| Raimundo Alves Pereira Filho | |
| DOI 10.22533/at.ed.1551820123 | |
| CAPÍTULO 4 | 49 |
| DIFERENÇAS NOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE POR FAIXA ETÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS DE AMARTYA SEN | |
| Amanda Guareschi | |
| Indaia Dias Lopes | |
| Alessandra Biavati Rizzotto | |
| DOI 10.22533/at.ed.1551820124 | |
| CAPÍTULO 5 | 62 |
| DO EU PARA O NÓS: A ECONOMIA COMPARTILHADA/ COLABORATIVA E O FUTURO DA PROPRIEDADE INDIVIDUAL | |
| Michele Lins Aracaty Silva | |
| Rute Holanda Lopes | |
| Matheus Teixeira de Almeida | |
| Francilene da Silva Franco | |
| DOI 10.22533/at.ed.1551820125 | |
| CAPÍTULO 6 | 84 |
| EM MEIO AO SEMIÁRIDO, GOTEJOS DE ESPERANÇA: OLHARES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR IRRIGADA NA COMUNIDADE DOS COLONOS, NO MUNICÍPIO DE CRUZETA – RN (2014). | |
| Kayck Danny Bezerra de Araújo | |
| Fernando Bastos Costa | |
| Vinícius Klause da Silva | |
| Fernanda Ferreira Lemos do Nascimento | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 7 | 98 |
| O IMPACTO DOS GASTOS DISCRICIONÁRIOS DO GOVERNO BRASILEIRO NA TAXA DE JURO | |
| Wagner Eduardo Schuster | |
| DOI 10.22533/at.ed.1551820127 | |
| CAPÍTULO 8 | 113 |
| O VALOR ECONÔMICO DE UM BANCO DE TEMPO: UMA ANÁLISE DO BANCO DE TEMPO - FLORIANÓPOLIS | |
| Michele Romanello | |
| DOI 10.22533/at.ed.1551820128 | |
| CAPÍTULO 9 | 125 |
| OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA PARALISAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE – SC | |
| Rosani Losi | |
| Márcia Fuchter | |
| DOI 10.22533/at.ed.1551820129 | |
| CAPÍTULO 10 | 140 |
| PROGRESSO TÉCNICO INDUZIDO E A RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO CRESCIMENTO | |
| Ediane Canci | |
| DOI 10.22533/at.ed.15518201210 | |
| CAPÍTULO 11 | 158 |
| RELAÇÕES ENTRE A TAXA DE JUROS E O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO | |
| Wagner Eduardo Schuster | |
| Marcos Paulo Albarello Friedrich | |
| Marco Antonio Montoya | |
| DOI 10.22533/at.ed.15518201211 | |
| CAPÍTULO 12 | 173 |
| REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA INGLATERRA: BERÇO DE TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS QUE INFLUENCIARAM TODA A HUMANIDADE | |
| Eduardo Cezar de Carvalho Souza | |
| Michele Lins Aracaty e Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.15518201212 | |
| CAPÍTULO 13 | 192 |
| VANTAGENS E DESVANTAGENS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO BRASIL | |
| Michel Richard Costa de Quadros | |
| Nelson Guilherme Machado Pinto | |
| Daniel Arruda Coronel | |
| DOI 10.22533/at.ed.15518201213 | |
| CAPÍTULO 14 | 205 |
| AMBIENTE EXTERNO E INTERNO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO GRANDE DO SUL | |
| Luis Augusto Araújo | |
| Claudimir Rodrigues | |
| Elizabeth Catapan | |
| Reney Dorow | |
| DOI 10.22533/at.ed.15518201214 | |

CAPÍTULO 15 228

MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUL DO BRASIL

Luis Augusto Araújo
Antônio Marcos Feliciano
Marcelo Alexandre de Sá,
Léo Teobaldo Kroth,

DOI 10.22533/at.ed.15518201215

SOBRE A ORGANIZADORA..... 242

A FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA POLÍTICA PÚBLICA EM LAGES, (SC): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS FEIRANTES

Geraldo Augusto Locks

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC)
Lages – Santa Catarina

João Eduardo Branco de Melo

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC)
Lages – Santa Catarina

Juliano Branco de Moura

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC)
Lages – Santa Catarina

Maria Aparecida da Fonseca

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC)
Lages – Santa Catarina

Elisângela de Oliveira Fontoura

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC)
Lages – Santa Catarina

RESUMO: O objetivo deste texto é colocar em cena a feira de economia solidária e a correspondente política pública no município de Lages, Santa Catarina, tendo como referência de análise a percepção dos feirantes agricultores familiares que comercializam seus produtos na Feira Municipal de Economia Solidária. Contextualiza-se brevemente a

economia solidária em âmbito de Brasil, Santa Catarina e a região do Planalto Catarinense, seguido da caracterização da feira municipal destacando sua relevância e lógica mercantil distinta do mercado capitalista. Busca-se saber as motivações para participar da feira, a sua importância e os conhecimentos relativos à economia solidária e à política pública. A relevância desta investigação reside no fato de Lages, desde 2014, ter uma Lei Municipal e um Conselho de Economia Solidária, portanto, desenvolve-se uma política pública colocando a feira num lugar de proeminência por materializar e publicizar empreendimentos e os produtos gerados pela economia solidária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. Para alcançar seus objetivos metodologicamente realiza-se uma pesquisa bibliográfica e de campo no qual aplica-se um questionário semiestruturado para realização de entrevistas com os feirantes. Dos resultados esperados, a expectativa é de que esta reflexão proporcione maior visibilidade desta “outra economia”, fortaleça a presença da feira e estimule o engajamento dos entes que compõem e desenvolvem a política pública municipal: empreendimentos econômicos solidários, entidades apoiadoras e o poder público.

PALAVRAS-CHAVE: Economia solidária; Feira de economia solidária; Política Pública.

ABSTRACT: The objective of this text is to put on the scene the fair of solidarity economy and the corresponding public policy in the municipality of Lages, Santa Catarina, having as reference of analysis the perception of the farmers family farmers who market their products in the Municipal Fair of Solidary Economy. The solidarity economy in the context of Brazil, Santa Catarina and the region of Planalto Catarinense is briefly contextualized, followed by the characterization of the municipal fair, highlighting its the distinct mercantile relevance and logic of the capitalist market. It seeks to know the motivations to participate in the fair, its importance and knowledge regarding solidarity economy and public policy. The relevance of this research lies in the fact that since 2014 Lages has a Municipal Law and a Solidarity Economy Council, therefore, a public policy is developed placing the fair in a place of prominence for materializing and publicizing enterprises and products generated by the economy solidarity. It is a qualitative, descriptive and exploratory research. In order to achieve its objectives methodologically, a bibliographical and field research is carried out in which a semi-structured questionnaire is applied to conduct interviews with the marketers. Of the expected results, this reflection is expected to provide greater visibility of this “other economy”, to strengthen the presence of the fair and to stimulate the engagement of the entities that compose and develop the municipal public policy: solidary economic enterprises, supporting entities and the public power.

KEYWORDS: Solidarity economy; Solidarity economy fair; Public policy.

1 | INTRODUÇÃO

A economia solidária surge no Brasil, a partir da década de 1980, quando emergiram profundas e aceleradas transformações no mercado de trabalho geradas pela política econômica neoliberal implementada pelo governo vigente. Diante da recessão econômica, alta inflação, desemprego estrutural, subemprego, os trabalhadores passaram a reagir e encontrar alternativas geradoras de trabalho e renda. Pelo país afora, foram surgindo grupos formais e não formais, constituídos de homens e mulheres, que passaram a ser denominados de empreendimentos econômicos solidários (EES). Estas organizações orientavam-se pelos princípios da economia solidária, ou seja, autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, cooperação, solidariedade, geração de trabalho e renda, distribuição equitativa dos resultados do trabalho e responsabilidade com o entorno social.

Conforme Arcanjo e Oliveira (2017) citando a SENAES (2016), compreendem

Economia Solidária (ES): o conjunto de atividades econômicas [...] – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores/as sob a forma coletiva e autogestionária. Este conceito geral explicita os valores e princípios fundamentais da ES: cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica” (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017, p. 232)

No Estado de Santa Catarina não foi diferente, com estímulo de setores comprometidos das Igrejas Católicas e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no

Brasil (IECLB), pastorais sociais (Comissão Pastoral Operária (CPO), Comissão Pastoral da Terra (CPT) , particularmente, a atuação da Cáritas Regional por meio da disseminação de Mini Projetos Alternativos (MPA) desenvolvido em todo o país, e ainda com o desenvolvimento de projetos de desenvolvidos e implementados por organizações não governamentais, foram emergindo EES por todas as regiões do Estado.

Na região do Planalto Catarinense é também na década de 1980 que estimulados pelas mesmas organizações citadas acima, com mais a participação do então, Centro Viane de Educação Popular - uma organização não governamental - de assessoria político-pedagógica e técnico-agronômica, orientada a partir dos princípios da educação popular e da agroecologia, emergiram no meio rural e urbano inúmeros empreendimentos econômicos solidários. São grupos não formais ou formais (associações de agricultores familiares agroecológicos, grupos de mulheres, ex-operários da construção civil e empresa recuperada).

Mais recentemente, inspirado em políticas públicas voltadas para o meio ambiente e ações contundentes do movimento nacional de catadores, no universo destes trabalhadores catadores de materiais recicláveis organizam-se cooperativas de trabalho de catadores, com o apoio de novas organizações públicas e universidades. Portanto, a economia solidária já escreveu uma história de quase quatro décadas no Planalto Catarinense.

Se em âmbito de país, somente em 2003 é que o movimento social de economia solidária conquista *status* de política pública, fato antecedido pela organização da sociedade civil organizada em movimentos sociais, a condição tardia de política pública, também foi fato no Planalto Catarinense. No município de Lages somente no ano de 2014 é que ocorreu a aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária e Fomento à Agricultura Familiar. Fundamentalmente, esta política pública se alicerça em quatro sujeitos coletivos: a atuação proativa dos Empreendimentos Econômicos Solidários, o Conselho Municipal, Entidades Apoiadoras, Poder Público e o Fórum Regional de Economia Solidária.

Algumas informações são úteis para situar o contexto de nosso objeto e campo empírico de investigação. Foi em 2001 que aconteceu a primeira feira estadual de economia solidária em Lages. Ela foi deflagradora das feiras em Lages e região. Brevemente, podemos citar a “Feira Agroecológica do Coral” que por dez anos ocorreu todos os sábados de cada mês, com participação de feirantes de diferentes municípios da região. Teve o apoio da Associação dos Moradores do bairro Coral ao disponibilizar sua sede localizada em lugar estratégico no centro do bairro, um dos mais antigos da cidade.

Devido a inexistência da política pública e a ação de órgãos fiscalizadores do Estado, sob pressão do comércio local, o Ministério Público determinou seu fechamento. A “Feira da Uniplac” que iniciou em 2006, encontra-se em funcionamento até hoje; outras feiras em âmbito regional ocorreram e se consolidaram, a saber, nos

municípios de Otacílio Costa, Correia Pinto, São José do Cerrito e Anita Garibaldi. Em Lages, a feira de economia solidária teve cronologicamente uma regularidade variada. Inicialmente, foi anual, mensal, quinzenal e há um ano vêm ocorrendo semanalmente por decisão coletiva dos feirantes movidos pela instituição da política pública e de novas entidades apoiadoras que entraram em cena, somando com antigos parceiros.

Durante a Administração Pública do Município de Lages (2013-2016), a Secretaria de Agricultura e Pesca, teve como secretário um agrônomo, cujo mandato priorizou o desenvolvimento da agricultura familiar. Destaque-se entre suas ações, a disseminação de feiras de agricultores familiares pela cidade acompanhadas de infraestrutura, apoio à aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária e Fomento à Agricultura Familiar. Dentre estas feiras, a única que é identificada como “economia solidária” é a localizada no Terminal Urbano da cidade. Isto ocorreu com a participação das organizações históricas que desenvolveram a economia solidária na região, sobremaneira, com a atuação do Fórum Regional.

É deste contexto histórico que emerge esta reflexão: analisar a percepção dos sujeitos feirantes acerca de sua compreensão sobre a feira, economia solidária e sua relação com a política municipal de economia solidária.

2 | DAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um dos objetivos da economia solidária é a geração de trabalho e renda, mas nem sempre é o principal. Ferrarini (2016), citando Souza Santos, reflete sobre a emergência de uma sociedade-providência, que ele define como

redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreaajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss (1995:1). (FERRARINI, 2016, p. 453).

Obviamente que o público preferencial dos EES são classes populares, que via de regra, são constituídas de sujeitos empobrecidos econômico, social e politicamente. Como afirma Ferrarini (2016), e confirma-se no campo empírico desta pesquisa, são pequenos grupos onde se mesclam laços de parentesco e de vizinhança, movidos pela lógica da reciprocidade. De outro ponto de vista, contraditoriamente, Souza (2017, p. 90), afirma que “na base da nova hierarquia social moderna está a luta entre indivíduos e classes sociais pelo acesso a capitais, ou seja, tudo aquilo que funcione como facilitar na competição social de indivíduos e classes por todos os recursos escassos”.

Este sociólogo, referenciado no sociólogo francês, Pierre Bourdieu, sintetiza as necessidades básicas no capital econômico, social e cultural. O capital econômico é o mais visível e efetivamente o mais importante dado a necessidade da reprodução material de existência humana, como demonstra a teoria do materialismo histórico e

dialético. É o capital mais concentrado e determinante na produção da desigualdade social. Outro capital é o cultural, muito próximo do capital anterior. Para conquistar e garantir direitos, fazer escolhas, situar-se no mundo, provisionar o futuro, ter um pensamento prospectivo, é fundamental, o conhecimento útil ou de prestígio. Trata-se da formação pessoal, humana, ético, moral e profissional fincado na vida e no estudo, na escolarização. O terceiro capital mais importante, segundo Souza (2017, p. 91), “é dependente da existência anterior desses dois que acabamos de falar: o capital social de relações pessoais”. É o âmbito da vida social, do estabelecimento de vínculos sociais, autoestima, reconhecimento social, prestígio, construção ou ingresso em redes sociais.

Classes sociais empobrecidas apresentam profundas lacunas ou são desprovidas destes três capitais. São economicamente pobres, culturalmente analfabetos funcionais, abandonaram a escola pela necessidade do trabalho e são socialmente desprezados e excluídos. Sofrem preconceitos, são vítimas de estereótipos ou estigmatizados pela sociedade. Alguns setores, como por exemplo os catadores de materiais recicláveis, segundo, Zigmunt Bauman (2005), em seu livro *Vidas Desperdiçadas*, são vistos como “redundantes” pois foram dispensados da vida social, por serem considerados “refugos”, uma vez que a sociedade não somente os excluiu, mas os rejeitou.

A economia solidária engendra-se a partir das lacunas dos três capitais concomitantemente. Ela tem uma potência para responder aquelas demandas: gerar trabalho e renda; abrir oportunidade para o acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento de uma profissão acompanhada de um saber específico; e no estabelecimento de vínculos interpessoais, uma vez que esta “outra economia” está alicerçada no princípio humano fundante de nossa condição existencial: a interdependência, conforme reflete Gaiger (2016). Ou seja, é a solidariedade, a compaixão (sentir a dor do outro), a cooperação, a partilha de conhecimentos e saberes, que se constituem em valores e princípios da existência de um empreendimento de trabalho associado.

Diferentemente da lógica da empresa capitalista, um EES existe para si e para os outros. No campo empírico desta pesquisa encontramos empreendimentos que, para além das necessidades de seus integrantes, estão permanentemente atentos às necessidades econômicas, sociais e culturais de seu entorno social. Contudo, ele tem uma necessidade premente: realizar o comércio de seus produtos, mas de uma forma justa. Daí deriva a necessidade da existência da feira de economia solidária. Um espaço de comercialização?

Sim. Mas não se pode cair num reducionismo econômico quando um EES se propõe a vender seus produtos. Antes de tudo, a feira é um espaço de sociabilidade. Homens e mulheres saem de casa, deslocam-se para o próprio meio social ou para outro espaço no meio urbano ou rural. Às vezes o deslocamento é de um município para outro, de uma cidade para outra, de uma região para outra.

Além de encontrarem seus pares, os feirantes conhecem novas pessoas. Estabelecem vínculos afetivos, inclusive conquistam aquele princípio que o mercado

capitalista denomina de “fidelidade” ou “fidelização” quando o consumidor tem até a hora certa de chegar e realizar suas compras, às vezes desejando encontrar o mesmo vendedor. Isto ocorre, não pelo mero desejo de lucro e multiplicação de vendas ao mesmo consumidor, mas pelas relações de empatia e pela qualidade dos produtos da economia solidária. Laços de amizade, de confiança mútua são estabelecidos pela relação direta neste tipo de comércio.

Outro aspecto que pode ser verificado numa feira de economia solidária, como demonstra nosso campo empírico, é o comportamento entre os feirantes e consumidores mediado pela comercialização. De um lado está o vendedor consciente, por exemplo, o agricultor familiar pensando em seus produtos agroecológicos que aprendeu a produzir, considerados produtos orgânicos originados do trabalho associado, desprovidos de qualquer elemento nocivo à saúde. De outro, está o consumidor consciente que busca produtos saudáveis e sustentáveis. Trata-se de uma mediação extremamente educativa, pois difere da compra imediatista e utilitarista que ocorre na busca do lucro. Embora as duas formas de comercialização se pareçam similares, a diferença reside no seu significado e nas suas consequências.

Um caso exemplar observado em nosso campo de pesquisa, pode ser ilustrativo. Um consumidor adquiriu na feira de economia solidária uma dúzia de ovos. Na feira subsequente veio devolvê-la afirmando que “não eram ovos caipiras, observados pela cor da casca e da gema”. A feirante, constrangida, recebeu os ovos sabendo que havia adquirido o produto de terceiros que perambulam pela cidade vendendo “gato por lebre”. O fato, embora muito singelo, indica a importância do comércio eticamente consciente, indicando constituir-se numa mediação pedagógica capaz de superar as contradições existentes também no interior da economia solidária.

As considerações feitas acima nos remetem para caracterizar a relevância da feira municipal de economia solidária de Lages. Ela passou a ser organizada na segunda metade de 2015. Inicialmente participavam empreendimentos urbanos e agricultores familiares sob a chancela do Fórum Regional, de Entidades Apoiadoras, da participação da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Agricultura do município. De uma vez ao mês, passou a ser quinzenal. Atualmente, acontece semanalmente, às sextas-feiras, das 8hs às 17hs, sem interrupção.

Convém registrar todavia que o espaço no qual a feira se localiza é extremamente simbólico, ou seja, na Praça do Terminal Urbano, antiga Praça do Mercado Público, local onde se realizava a comercialização de produtos oriundos da região para a cidade. Os produtos como feijão, milho, queijo, charque, banha de porco, eram trazidos por tropeiros que por meio da tração animal - mulas encilhadas com cargueiros ou carroças puxadas por cavalos - ao longo do séculos XIX e durante as quatro primeiras décadas do século XX quando a cidade não contava com 8.000 habitantes. A praça conforme pode ser visualizado em mostra fotográfica nos museus da cidade, durante dias era povoada de vendedores e compradores, movimentando intensamente a pequena cidade. Resgatar e valorizar esta história e as formas de trocas de bens é também

interesse da feira de economia solidária contemporânea.

Durante a feira realiza-se quinzenalmente ou quando há necessidade “a roda de conversa”, uma metodologia popular facilitadora da participação dos integrantes, feirantes e educadores sociais, em geral, são membros do Fórum Regional de Economia Solidária. A “roda de conversa” é valorizada por permitir uma comunicação próxima, dinâmica e produtiva. Ela pode ser realizada entre os feirantes ou com a mediação de um membro do Fórum Regional.

Os temas disparadores das “rodas de conversas” são variados, buscando atender necessidades internas da feira, como organização, comercialização, avaliação do empreendimento, a formação em diferentes áreas do conhecimento, inclusive articulações com o movimento social da economia solidária, a participação no Fórum Catarinense de Economia Solidária ou em outras feiras que podem estar no calendário no Estado ou fora dele. Um tema recorrido e frequente é a política pública de economia solidária, tendo em foco as esferas que estruturam esta política: os EES, o Fórum e o Conselho Municipal de Economia Solidária.

3 | METODOLOGIA

Para elaboração desta pesquisa desenvolveu-se um estudo de campo utilizando-se de uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 188) pesquisas de campo que se utilizam de estudos exploratório-descritivos combinados “são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”.

Deste modo, Triviños (2013, p. 133) enaltece

[...] o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições da exigência de um trabalho científico. Este, repetimos, deve ter uma estrutura coerente, consistente, originalidade e nível de objetivação capazes de merecer a aprovação dos cientistas num processo intersubjetivo de apreciação.

Quanto à técnica utilizada para a coleta de dados, define-se como bibliográfica e de campo. Gil (2008, p. 50) caracteriza que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Ainda de acordo com Triviños (2013, p. 154) refletindo sobre as anotações de campo

[...] “anotações de campo”. Pode ser entendida como todo o processo de coleta e análise de informações, isto é, ela compreenderia descrições de fenômenos sociais e físicos, explicações levantadas sobre as mesmas e a compreensão da totalidade da situação em estudo. Este sentido tão amplo faz das anotações de campo uma expressão quase sinônima de todo o desenvolvimento da pesquisa.

Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas individuais a partir de um questionário semiestruturado para coleta de dados, no período de agosto à setembro de 2017. Deste modo foram entrevistados quatro feirantes, submetendo três tópicos para cada entrevistado, para uma melhor visualização de sua identidade como feirante. Para estes utilizamos codinomes para a preservação de sua identidade, tais como “Solidariedade”, “Sustentabilidade”, “Preço Justo” e “Igualdade”. Foram aplicados os devidos termos de consentimento livre e esclarecido, reafirmando a preservação das respostas e a identidade dos mesmos.

Para Gil (2008, p. 57) “os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”.

A partir dos dados coletados em anotações de campo, foi possível a elaboração de uma tabela para melhor identificar os feirantes entrevistados e outros dados, conforme abaixo:

| Nome do feirante | Número de membros da família | Quanto tempo participa na Feira | Quais produtos comercializa |
|------------------|------------------------------|---------------------------------|---|
| Solidariedade | 03 | 03 anos | Cucas, bolachas e pão caseiro |
| Sustentabilidade | 00 | 03 anos | Alface, couve, repolho, beterraba e hortaliças em geral |
| Preço justo | 02 | 02 anos | Produtos orgânicos e hortaliças em geral |
| Igualdade | 04 | 03 anos | Bolachas, pães, hortaliças e frutas de época |

Tabela 1 - Identificação dos feirantes entrevistados

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Desta forma, identificamos os quatro feirantes entrevistados, o número de membros de suas famílias, quanto tempo participam na feira e quais os produtos são comercializados por eles, sendo possível identificar a comercialização de produtos olerícolas e da panificação caseira envolvendo no trabalho homens e mulheres do meio rural.

Um conjunto de questões constituíram o questionário semiestruturado para realização das entrevistas: como conheceu e ingressou na feira? Você conhece a economia solidária? Quando ouviu falar em economia solidária? O que é para você a economia solidária? Vocês praticam a economia solidária aqui na feira? De que modo? O que esta economia representa para você? Você conhece a política pública de economia solidária do município de Lages? Você participa desta política? De que modo?

4 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico apresentamos os questionamentos e suas respostas, posteriormente elaboramos uma pequena análise desses dados coletados durante as entrevistas que foram realizadas a partir do questionário semiestruturado.

4.1 Conhecimento e ingresso na feira municipal de economia solidária

Ao perguntar acerca do conhecimento e ingresso na feira municipal de economia solidária os entrevistados responderam:

Solidariedade afirmou que

Foi através da Secretaria de Agricultura, que nós tinha cozinha, tinha selo. Através da Ana, convidou para participar da feira. Nós já participava da outra feira.

Sustentabilidade disse que

Através da agricultura familiar.

Preço Justo lembrou que foi

Através da Ana que trabalhava na Secretaria da Agricultura que fez o convite que a gente participou da primeira feira da ecosol.

Igualdade reiterou que

Através da Ana que trabalhava na Secretaria da Agricultura.

As percepções dos entrevistados demonstram nitidamente que a porta de entrada para o conhecimento e ingresso na feira foi por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, o que corrobora nossas informações sobre a atuação do secretário à época em que atuou na política de estímulo a organização da agricultura familiar e de feiras na cidade de Lages.

Os relatos afirmam a importância do trabalho realizado pela secretaria, aproximando e incentivando a agricultura familiar na comercialização direta de sua produção. Ingressar na feira de economia solidária para agricultores familiares que residem no meio rural à uma distância de 20 a 80 quilômetros da cidade de Lages, deve ter um grande significado. Afinal, remete para a conquista de um espaço público no meio urbano, lugar de trabalho e geração de renda. Os ganhos não se reduzem ao econômico, tampouco à unidade familiar envolvida, mas ao desenvolvimento da política pública da agricultura familiar no município. Neste sentido, podemos avaliar a importância do Estado indutor do desenvolvimento socioeconômico, aqui analisado sob o ângulo de uma Secretaria de Governo em esfera municipal.

4.2 Conhecimentos de economia solidária

Diante da questão de quando começou a ouvir e conhecer a economia solidária: O entrevistado Solidariedade, respondeu

Mais ou menos

Sustentabilidade, afirmou que

A gente conheceu depois que a gente venho pra feira

Preço justo, reiterou que

A partir do momento que comecei a participar da Feira em Lages.

Já, a entrevistada Igualdade, reiterou que

Não conheço

Em outras palavras, os feirantes não conheciam a economia solidária antes de participarem da feira. Alguns fatores explicam o fato. Primeiro, estes trabalhadores familiares, historicamente vivem sob a ausência de políticas públicas, por não terem lugar proeminente na economia municipal ou regional como por exemplo ocorre no oeste catarinense; a opção pelo agronegócio tem sido prioridade e projeto dominante, ganhando toda atenção da administração pública.

A feira de economia solidária nasce com o apoio do Fórum Regional, entidades apoiadoras e no contexto de uma Lei Municipal de Economia Solidária. Logo, o Fórum teve a preocupação de proporcionar os conhecimentos básicos desta “outra economia”, elaborar critérios de ingresso e permanência dos feirantes no intuito de preservar a “marca” deste empreendimento econômico-social. A tematização da economia solidária, mediou as primeiras “rodas de conversas”, realizadas desde o início da feira. A presença de EES urbanos, também é fator importante para disseminar o conhecimento da economia solidária na feira. Se os agricultores familiares não tinham conhecimento, diferentemente acontecia com os EES, alguns deles com mais de dez anos de existência.

4.3 O que você compreende por economia solidária?

Solidariedade diz

Eu acho que é assim ter os produtos para vender e se ajudar uns com os outros quando precisa.

Sustentabilidade afirma que

Pra mim ela ajuda na renda da família, a gente faz mais amizade, com contato com as pessoas né, porque a gente só ficava no interior, agora a gente sai prá cá é outra coisa.

Para Preço Justo

é o grupo participando sendo solidário com o outro, todo mundo na mesma função, na mesma situação em busca de uma socialização, de uma sociedade mais justa e de igualdade para todos.

Igualdade pontua que

Representa bastante coisa porque a gente tem que estar se preocupando com o entorno da gente, com o meio ambiente e com outras pessoas, né. Vai acabando fazendo a diferença lá no final.

Os entrevistados indicaram alguns valores e princípios da economia solidária, como: a preocupação com o entorno social, geração de renda, ajuda-mútua, solidariedade grupal, preocupação e cuidado com o meio ambiente e com as relações entre os próprios feirantes. Identifica-se. Há um valor teleológico a ser destacada como o sonho de “uma sociedade mais justa e de igualdade para todos”. Considerando este último destaque, pensamos que não podemos ser adeptos de uma visão ingênua que aposta nas micro-organizações, ou seja, nos EES, como por exemplo, a feira em investigação neste texto, como portadores de uma transformação estrutural da sociedade, ao superar e hegemonizar-se como economia solidária frente à economia capitalista. Profundamente problematizadora é a reflexão realizada por Wellen (2012) demonstrando que a economia solidária não tem a força revolucionária de mudar o sistema do capital. Contudo, Adams, tendo uma visão realista, mas apaixonada de engajamento, asseverando que:

Cabe valorizá-las (micro-organizações) como catalizadoras de energias que, com novas formas de produzir, podem somar-se a outros movimentos e organizações da sociedade para produzir um ethos individual e coletivo com distintos processos de produção de sentidos, diferentes daqueles presentes nas relações capitalistas (ADAMS, 2010, p. 12).

Pode-se afirmar que os conhecimentos acerca da economia solidária expresso pelos entrevistados apresentam lacunas significativas, contudo, a feira é considerada pelo Fórum Regional como um EES em processo de incubação, estando em contínuo aprendizado.

4.4 Vocês praticam economia solidária na feira? De que modo?

Solidariedade comenta que:

A gente vem aqui somente vender os produtos, às vezes algum que pede um pacote de bolacha, eu dou né, assim, o pessoal da rua né.

Sustentabilidade pondera que

Eu vendendo meus produtos, ajudo os outros nós. Nós somos sempre amigos, um é pra ajudar o outro quando um não pode estar na feira, outro tá sempre aqui pra ajudar.

Preço justo caracteriza

No meu ponto de vista sim, não através de doações simultânea, mas sim através da própria comercialização, um ajudando o outro na hora que um precisa se deslocar.

Para Igualdade

Tudo que a gente produz lá no sítio, a gente traz pra vender aqui na feira, as bolachas e os pães também sou eu que faço né, aí eu tenho o sim.

Nossas observações do campo da economia solidária permitem afirmar que pessoas ou grupos informais praticam valores da economia solidária às vezes

inconscientemente. Isto pode ser constatado em práticas sociais no meio urbano (bairros de periferia), entre vizinhança ou comunidades rurais. O fenômeno ocorre por força da necessidade de acessos a determinados bens ou pela condição social de interdependência humana. Os depoimentos dos entrevistados sobre o entendimento da prática da economia solidária ainda é bastante opaco, mas alguns indicativos são sinalizados. Entendem que a comercialização expressa solidariedade entre vendedor e consumidor pois este ato é permeado por vínculos de “amizade”. Outra expressão de prática solidária reside na substituição na ausência de um feirante por outro; finalmente é observado a comercialização colocando frente a frente vendedor e consumidor também é um fato da economia solidária.

4.5 Você sabe que existe a política pública de economia solidária no município de Lages?

Solidariedade diz

Não.

Sustentabilidade, de outro modo, sinaliza que

Já ouvi falar.

Preço justo comenta

Alguma coisa, não muito.

Igualdade caracteriza

Não! Eu tenho conhecimento a partir que eu comecei a trabalhar na feira né, que a gente sabe que tem a Lei que a gente tá se inserindo, tendo mais conhecimento né.

Na questão do conhecimento acerca da política pública de economia solidária, os entrevistados, com exceção de um, mostraram extremo desconhecimento. O agricultor familiar é pragmático, o concreto é seu chão de vida. Disto podemos inferir que este sujeito tende a vislumbrar a política pública por meio de ações concretas, de iniciativas que possam ser sentidas, observadas, incluindo medidas que lhe tragam benefícios esperados, às vezes, imediatamente. Claro, que podemos também identificar as lacunas de conhecimento nas ações de formação promovidas pelo Fórum Regional. Como tem sido a tematização da política pública de economia solidária junto ao coletivo de feirantes? Vimos a importância das “rodas de conversa”, cabe problematizar a participação dos feirantes e também o trabalho da mediação deste diálogo, pois vê-se que a política pública todavia não faz parte do cotidiano dos feirantes. Os representantes da feira no Conselho Municipal representando o EES tem repassado as informações ou decisões tomadas naquele espaço de formulação da

política? Por que entre os quatro entrevistado, um deles mostra-se mais conhecedor e os demais quase indiferentes? São questões que não tem respostas nesta análise.

4.2 4.6 Você participa desta política? De que modo?

Solidariedade informa que

Não

Para Sustentabilidade

Eu já vi, mas não vi funcionar, só quando a gente tem reunião quando discute sobre ela, eu gosto de participar nas reuniões porque a gente vê o que se passa nas reunião e que está se passando em roda da gente.

Preço justo coloca que

Eu participo nas feiras

Igualdade pondera

Eu faço parte do Conselho, a gente se reúne uma vez por mês, vê o que tem para enviar de ofícios

Os depoimentos revelam uma discrepância significativa na compreensão do que significa participar e não participar da política pública. A percepção vai desde o “não participo”, até a participação no Conselho Municipal de Economia Solidária. Uma pergunta não feita e nem respondida é o entendimento de “política pública”. Aí pode estar um tema de estudo a ser desenvolvido entre o integrantes da feira. Na política pública de economia solidária, necessariamente são sujeitos coletivos atuantes no Conselho Municipal, que no caso de Lages, é tripartite segundo a Lei: representantes dos EES, representantes das Entidades Apoiadoras do Fórum Regional e representantes do Poder Público. Mas, não é tudo. Como verbalizou um entrevistado, “participo da política pública participando da feira”. Este depoimento é bom para pensar em alargar a ideia de que a política pública não se restringe aos espaços formais ou oficiais, tampouco nas esferas organizadas da sociedade civil, mas deve incluir o chão da vida, ali onde estão os sujeitos demandando ações do Estado.

Chama atenção o depoimento que caracteriza a reunião do Conselho Municipal “para enviar ofícios”. É a expressão da burocracia que governos tecnocráticos e de gabinetes praticam. As discussões infundáveis não alcançam a prática, por indisposição, por disputa de projeto. Pode-se perguntar qual a compreensão que o governo municipal em questão tem de economia solidária? Qual seu interesse em transformar as demandas que chegam no Conselho em respostas concretas? Qual a força política dos representantes da sociedade civil, e no caso de Lages o Conselho é tripartite, constituído por duas representações da sociedade civil e uma da sociedade política? Como se preparam os representantes dos EES e do Fórum tendo em vista uma atuação pró ativa e politicamente eficaz?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi colocar em cena a feira de economia solidária e a correspondente política pública no município de Lages, SC, tendo como referência de análise a percepção dos feirantes agricultores familiares. Contextualiza-se brevemente a economia solidária em âmbito de Brasil, Santa Catarina e da região do Planalto Catarinense, seguido da caracterização da feira municipal destacando sua relevância e lógica mercantil distinta do mercado capitalista. Na sequência explicita-se os dados e análise das entrevistas realizadas com quatro feirantes, de um total de oito, que compõem o EES feira.

Partindo do reflexão desenvolvida, pode-se destacar a feira de economia solidária do município de Lages, como um fato social, econômico e político relevante e consolidado. Isto por diversas razões: identifica-se uma interesse e uma vontade de praticá-la pelos seus principais protagonistas que são os EES, particularmente os empreendimentos constituídos por agricultores familiares, sem excluir os EES urbanos que tem uma participação mais irregular; existe uma Lei Municipal que estrutura a política pública por meio da criação do Conselho Municipal e institui o Fundo Municipal de Economia Solidária. Os depoimentos dos entrevistados demonstraram que o Conselho tem pouca visibilidade ou impacto sobre suas ações, enquanto que o Fundo nem é citado. O mais importante das instâncias, é o Fórum Regional constituído por três instâncias de representações: os EES, as Entidades Apoiadoras e o Poder Público, este espaço tem estado presente e garantido o movimento social da economia solidária em Lages e região. A feira tem sido uma de suas bandeiras de atuação.

Do ponto de vista da percepção dos feirantes acerca da *feira, economia solidária e a política pública* podemos resumir e destacar o que segue.

Segundos os entrevistados, *conheceram e ingressaram* na feira por meio da política à época desenvolvida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca por intermédio de um Secretário que priorizou ações voltadas para a agricultura familiar, sendo as feiras, um de seus destaques. A análise ponderou a importância de políticas indutoras do desenvolvimento a partir dos agricultores familiares analisadas aqui desde a ação de uma Secretaria em esfera municipal. Para os feirantes representou a conquista de um espaço público podendo atingir o topo da cadeia produtiva, ou seja, a comercialização de seus produtos da economia solidária.

Sobre os *conhecimentos relativos à economia solidária*, os feirantes demonstraram acessar a conhecimentos sobre economia solidária a partir do ingresso na feira. Fator que é explicado pelo fato de a feira ser acompanhada por vários sujeitos coletivos, entre eles, o Fórum Regional de Economia Solidária, um dos disseminadores deste campo do conhecimento. Neste contexto, pode-se avaliar a importância das “rodas de conversa” realizadas na feira como metodologia e mediação pedagógica onde ensino e aprendizagem se associam.

Diante da pergunta *o que vocês compreendem sobre economia solidária*, os

entrevistados indicaram alguns valores e princípios da economia solidária, como: a preocupação com o entorno social, geração de renda, ajuda-mútua, solidariedade grupal, cuidado com o meio ambiente e com as relações entre os próprios feirantes. Identificou-se um valor teleológico a ser destacada como o sonho de “uma sociedade mais justa e de igualdade para todos”. Considerando este último destaque, refletiu-se sobre o fato de se cair na armadilha de sermos adeptos de uma visão ingênua que aposta nas micro-organizações, ou seja, nos EES, como por exemplo, a feira em investigação neste texto, como portadora de uma transformação estrutural da sociedade, ao superar e hegemonizar-se como economia solidária frente à economia capitalista. Pode-se afirmar que os conhecimentos acerca da economia solidária expresso pelos entrevistados apresentam lacunas significativas, mas os valores assimilados afirmam a trajetória iniciada há pouco tempo neste campo, sabendo que a feira é também um espaço de formação continuada.

E, quando interrogados *se vocês praticam e de que modo a economia solidária na feira*, as percepções dos entrevistados mostraram-se bastante opacas, mas alguns indicativos são sinalizados. Entendem que a comercialização expressa solidariedade entre vendedor e consumidor pois este ato é permeado por vínculos de “amizade”; é observado a comercialização colocando frente a frente vendedor e consumidor direto também é um fato da economia solidária. Outra expressão de prática solidária reside na substituição na ausência de um feirante por outro; nossa observação em campo permite afirmar que muitas atitudes, gestos e comportamentos orientados por valores de reciprocidade são praticados na feira ou em outros empreendimentos se serem percebidos ou conscientes, mas que denotam práticas solidárias.

Na questão do *conhecimento acerca da política pública de economia solidária*, os entrevistados, com exceção de um, mostraram desconhecimento. Neste ponto pode-se problematizar o saber e o fazer pragmático do agricultor, o papel do Fórum ao tematizar a política pública nas “rodas de conversa”. Como se explica a discrepância de conhecimento entre os quatro entrevistados, sendo um deles mais conhecedor e os demais desconhecerem ou mostrarem indiferentes? Questões sem resposta nesta análise.

Perguntou-se ainda *se você participa desta política? De que modo?* Os depoimentos revelaram outra discrepância significativa na compreensão do que significa participar e não participar da política pública. A percepção foi desde o “não” participo, até a participação no Conselho Municipal de Economia Solidária. Nesta questão levantou uma pergunta anterior que seria a compreensão de “política pública”. Qual a ideia que os feirantes fazem quando se discute política pública? A economia solidária tem um formato próprio de política pública estruturado nos EES, no Conselho Municipal (incluído o Poder Público) e no Fórum Regional. Pode-se imaginar que os integrantes da feira não tenham apreendido este círculo dinâmico e a fundamental importância desta política. Uma percepção chamou atenção, quando um entrevistado disse “participo da política pública participando da feira”. Um ideia que vem alargar o

conceito de política pública de economia solidária, para além dos espaços oficiais ou públicos, pois há de se considerar na política pública a concretude da existência, onde os sujeitos demandam suas necessidades frente ao Estado.

Em suma, espera-se que este trabalho cujo objetivo foi trazer à luz a feira municipal de economia solidária de Lages tendo como referência a percepção dos feirantes, possa gerar maior visibilidade desta “outra economia”, fortalecer a presença da feira e estimule o engajamento de agentes públicos ou organizações da sociedade civil que compõem e desenvolvem a política pública municipal: empreendimentos econômicos solidários, entidades apoiadoras e o poder público.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

ARCANJO, Maria Silva de; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. **A Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária**: Avanços e Retrocessos. 2017. Disponível em < <https://fpabramo.org.br/csbs/wcontent/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu13.ARCANJOLIVEIRA.pdf> > Acesso em 09/11/2017.

BAUMAN, Zigmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade**. São Leopoldo: ED. Unisinos, 2016.

FERRARINI, Adriane Vieira. **O Ethos da Inovação Social: implicações éticopolíticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes**. Contemporânea. v. 6, n. 2 p. 447-466. Jul.–Dez. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1.ed; São Paulo: Atlas, 2013.

VARANDA, Ana Paula de Moura; BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. 2009. Disponível em: < http://www.nuredam.com.br/files/livros/tecnologia_social.pdf > Acesso em 10/03/2018.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da “economia solidária”**. São Paulo, Outras Expressões, 2012.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-015-5



9 788572 470155